



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada no 21º Juizado Especial Cível da  
Comarca de Fortaleza /CE**

# **RELATÓRIO**

**Portaria nº 36/2020/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**

Desembargador Teodoro Silva Santos

**Juiz Corregedor Auxiliar:**

Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho



Priscila Fernandes Cordeiro		43734
<b>3.8</b>	<b>TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>00</b>
<b>3.9</b>	<b>CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>00</b>
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>		
Camila Frota Diniz	Supervisora	22986
Georgia Brasil Tsunoda	Assistente	3518
Mikaela Nonata Franco Moreira	Conciliadora	6900

<b>4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA</b>
Não há

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b>	
Nome: Débora Maschio Soares	(X) Titular ( ) Respondendo
Responde por outras Comarcas? ( ) Sim (X) Não	Quais?

<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Comarca com Cinco Varas ou mais	
<input type="checkbox"/> Jurisdição Cível <input type="checkbox"/> Cível Comum <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Revisão de Contratos Bancários <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Seguro DPVAT <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Execução de Título Extrajudicial <input type="checkbox"/> Recuperação de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Registros Públicos	
<input type="checkbox"/> Jurisdição Criminal <input type="checkbox"/> Criminais Comum <input type="checkbox"/> Privativa Audiência de Custódia <input type="checkbox"/> Juri <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Execução Penal e Corregedoria de Presídios <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas <input type="checkbox"/> Crimes contra a Ordem Tributária	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Especial <input type="checkbox"/> Execução Fiscal <input type="checkbox"/> Infância e Juventude <input checked="" type="checkbox"/> Juizado Especial Cível <input type="checkbox"/> Juizado Especial Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível e Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial da Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	

<b>7 DO ACERVO PROCESSUAL</b>			
Acervo atual			769
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE			2005
Data da Inspeção: 11/2015	Nº CPA: 8502843- 91.2015.8.06.0026		
( X ) Diminuiu ( ) Aumentou		Diferença:	-1236
Tramitação Processual ( ) Físico (X) Digital ( ) Físico/Digital			

<b>8 DA PRODUTIVIDADE</b>		
<b>DADOS DO MAGISTRADO</b>		
<b>8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	981	81,75
Acordos	104	8,67
Decisões	314	26,17
Audiências	83	6,92
Despachos	3236	269,67
<b>DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 30 de novembro de 2020</b>		
<b>8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)</b>		
Processos novos		1041
Processos pendentes de julgamento		686
Processos julgados		1006
Processos pendentes de baixa		769
Processos baixados		965
<b>8.3 Gestão do acervo (Mês: novembro /Ano: 2020)</b>		
Processos conclusos para Sentença		43
Processos julgados e não baixados		83
Processo Suspenso		17
Processos Reativados no mês		5
Processos Transitados no mês		105
Processos em grau de recurso no mês		2
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		128
Processos entrados no mês		90
Processos julgados no mês		104
<b>8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	70
	Pendente de Baixa	83
Doença Grave	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		12
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		0
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		1
Total		13
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade</b>		
Índice de processos com assunto cadastrado		100%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

## **9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS**

<b>9.1 VISÃO GERAL</b>	
<b>9.1.1 Processos Concluídos</b>	
Para Despacho	40
Para Decisão Interlocutória	6
<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	1
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim ( ) Não
Como é feito esse controle? A Secretaria faz uma análise através dos agrupadores do Pje e confere se houve a manifestação da parte promovida. Após, com ou sem manifestação, o processo é concluído para decisão de urgência a fim de ser apreciada a tutela	
<b>9.1.2 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim ( ) Não
Como é feito? A Secretaria realiza o controle por meio de planilha, assim, quando há condenação em custas processuais é realizado o procedimento pertinente para o recolhimento pela parte	
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	0
Ações Cíveis Públicas	0
Ações de Improbidade Administrativa	0
<b>9.2.2 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	0
Juris realizados nos últimos 12 meses	0
Juris pendentes de realização	0
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	0
Processos inseridos na Meta ENASP	0
<b>9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	0
Cumprimento em Regime Semiaberto	0
Cumprimento em Regime Aberto	0
<b>9.2.4 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	0
Total de processos de apuração de Ato Infracional	0
Total de processos de execução de medida socioeducativa	0
<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
Competência da Diretoria do Fórum	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
Nada consta	
<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	3
Arquivados	2
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	0
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	3

<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	1217
Total de audiências realizadas	451
Audiências não realizadas	1
Audiências canceladas/redesignadas	577
<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiência	255
Audiência designada com a data mais distante	06/04/2021

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

<b>14 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO</b>		
<b>Processo</b>	<b>Última movimentação</b>	<b>Movimentação</b>
0046740-04.2015.8.06.0016	16/10/2019	Decorrido prazo de parte
3932691-47.2013.8.06.0016	27/07/2020	Juntada de documento
0046760-92.2015.8.06.0016	28/07/2020	Expedição de documento
3000936-20.2019.8.06.0016	28/07/2020	Juntada de documento
3001116-36.2019.8.06.0016	28/07/2020	Juntada de documento
3000005-22.2016.8.06.0016	28/07/2020	Juntada de documento
3000462-15.2020.8.06.0016	04/08/2020	Expedição de documento
3000605-04.2020.8.06.0016	07/08/2020	Expedição de documento
3935915-95.2010.8.06.0016	11/08/2020	Expedição de documento
3000341-84.2020.8.06.0016	11/08/2020	Expedição de documento

<b>15 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>15.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 68,4%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2018	40,08%
2019	33,13%
2020	42,37%
<b>15.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 138%)</b>	
2018	109,41%
2019	105,75%
2020	92,70%
<b>15.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)</b>	
2018	120,19%
2019	99,93%
2020	96,64%
<b>15.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 90%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	122
Total de processos pendentes de julgamento	77

Total de processos julgados	45
2019 – Percentual de Atingimento	37%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	65
<b>15.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	-
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	-
<b>15.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	-
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	-
<b>15.7 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	723
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	408

<b>16 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não

<b>17 NORMATIVOS IMPORTANTES</b>	
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.





a 21ª Unidade do Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza possuía 122 (cento e vinte e dois) processos inseridos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, dos quais, até o mês de outubro, 45 (quarenta e cinco) foram sentenciados, restando o julgamento de 65 (sessenta e cinco) feitos, até o final do ano, para que a referida meta seja atingida.

A unidade não possui processos de Meta 4 ou 6 do CNJ.

Quanto à produtividade, quando considerados os últimos 12 (doze) meses, a Dra. Icléa Aguiar Araújo Rolim possui uma **média processual**, na unidade inspecionada, de 81,75 sentenças por mês, o que vem sendo insuficiente para atender a demanda da unidade, que é de 123,08 processos por mês (número obtido dividindo-se a quantidade de processos novos do ano de 2019 por 12 meses).

Importante destacar que na última inspeção, realizada em 2015, foi constatada a existência de 2005 (dois mil e cinco) processos. Isso significa que houve uma redução de 1236 (mil duzentos e trinta e seis) feitos.

Com isso, verifica-se também uma diminuição na **taxa de congestionamento**. No ano de 2018 a referida taxa era de 49,70%, enquanto, em 2020, está em 45,75%.

Em consulta ao painel Gestão de Acervo, do SEI, tem-se que a unidade possui 83 (oitenta e três) processos julgados e não baixados. Assim, recomenda-se que a unidade empreenda esforços para arquivar os processos que estão aptos e, conseqüentemente, reduzir ainda mais a taxa de congestionamento.

Analisando os dados acima, percebe-se que a Dra. Icléa Aguiar Araújo Rolim, bem como sua equipe de servidores estão empreendendo esforços para fornecer uma boa prestação jurisdicional à população.

Os esforços da Magistrada à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. Não se identificam omissões nem irregularidades capazes de comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à magistrada, concedendo-lhe o prazo

de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, 30 de novembro de 2020.

**FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO**  
Juiz Corregedor Auxiliar